

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Santa Catarina

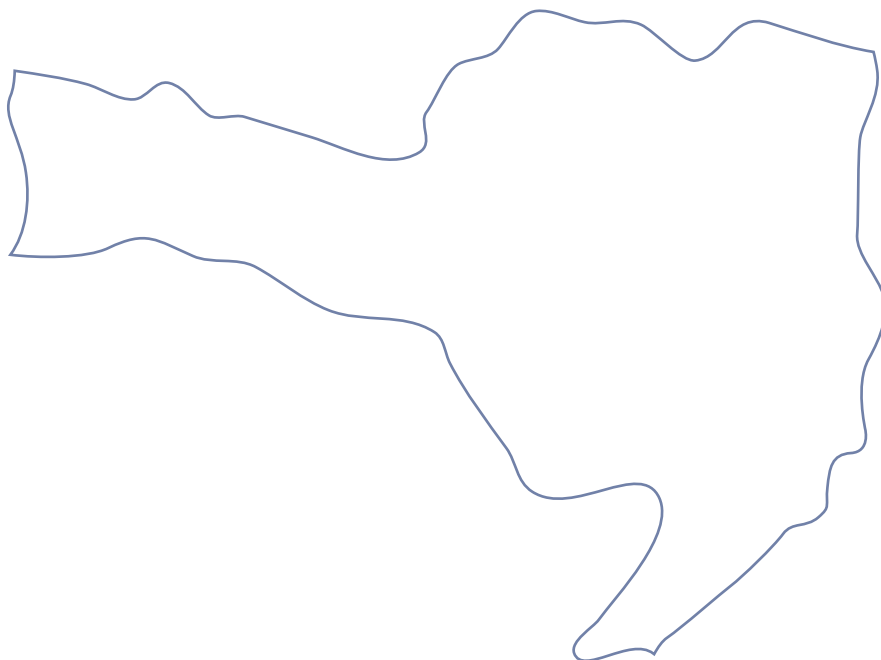


Brasília
Março, 2024

Agenda Estadual do

Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Santa Catarina



Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina
Agenda Estadual do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – Santa Catarina

Presidente: Hélio Dagnoni

Vice-Presidente: Renato Campos Carvalho

Vice-Presidente – Região Vale do Itajaí: Barbará Locatelli

Vice-Presidente Financeiro e de Gestão: Bento Ferrari

Vice-Presidente de Serviços: Carlos Roberto Burigo

Vice-Presidente - Planato Serrano: Célio Spagnoli

Vice-Presidente - Região Oeste: Edson Marció

Vice-Presidente de Turismo: Fabio Cordova de Souza

Vice-Presidente – Planalto Norte: Herton Scherer

Vice-Presidente – Meio Oeste: Leocérgio Sarturi

Vice-Presidente de Varejo: Marcelo Gevaerd

Vice-Presidente de Habitação: Marcio Donato Koerich

Vice-Presidente de Supermecardos: Romeu Luiz Zamboni

Vice-Presidente de Produtos Farmacêuticos: Romildo Marcos Letzner

Vice-Presidente – Litoral: Rosemari Tomasoni

Vice-Presidente – Região Norte: Sandro Alberto Moretti

Vice-Presidente – Região Sul: Tito Livio de Assis Góes

Vice-Presidente de Atacado: Walter Hoeller de Souza

Suplente: Adilson João Peres, Adriana Regina Paes, Alcir Inacio Otto, Altair Borges, André Luiz Ostermann, Ary Marció, Claudio Antonio Padilha, Claudisney Machado Constante, Francisco Afonso Bechel, Jorge Rechia Guarezi, Manoel Donato Melo de Liz, Natanael Wisintainer, Paulo José Fiamoncini, Roberto Sérgio Cunha, Rodrigo Trip, Walmor Jung Junior

Conselho Fiscal – Titular: Jorge Ronaldo Pohl, Sérgio Luiz dos Santos, Sieghard Muller

Conselho Fiscal – Suplente: Laurindo Oslin Vanroo, Marciano Michels, Waldir Pedro Binotto

1ª edição 2023 | 2ª edição 2024

Redação técnica: Fecomércio-SC, CNC e Departamentos Nacionais do Sesc e do Senac

Capa e diagramação: Gecom/CNC

Revisão: Daniel Dutra

F293

Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina
Agenda Estadual do Comércio de Bens Serviços e Turismo: Santa Catarina
/ Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Santa Catarina. – 2. ed. – Santa Catarina: Fecomércio, 2024.

42 p. : il. : color.

1. Gestão Pública. 2. Economia. 3. Recursos Humanos 4. Inovação 5.
Legislação Trabalhista 6. Infraestrutura I. Título.

CDD 351

Sumário

Apresentação.....	4
Somando esforços.....	5
Palavra do Presidente.....	6
Palavra do Presidente.....	7
Introdução.....	8
Caminho para o desenvolvimento.....	9
Dificuldades dos empresários do comércio catarinense	10
Dificuldades dos empresários do comércio catarinense.....	11
Síntese.....	12
Síntese.....	13
Macrotemas do índice de desenvolvimento empresarial – Santa Catarina.....	16
Ambiente econômico.....	17
Captação de recursos	19
Sistema tributário e legal.....	21
Administração pública	25
Recursos Humanos.....	28
Condições de inovação.....	31
Comércio exterior	34
Legislação trabalhista.....	36
Infraestrutura catarinense.....	37
Políticas públicas prioritárias.....	42



Apresentação

Somando esforços

O segmento que é um dos pilares da economia brasileira, gerador de milhões de empregos e responsável por aproximadamente um terço do nosso Produto Interno Bruto (PIB) defende um Brasil melhor e com oportunidades para todos.

É o propósito que motiva a construção deste documento: uma agenda propositiva e permanente para balizar o desenvolvimento do país e o bem-estar dos brasileiros.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio contempla uma série de pautas importantes para impulsionar o setor terciário em seus diferentes níveis. Ela nasce de um amplo diálogo que envolve empresários, trabalhadores, o poder público, a sociedade e seus representantes.

Queremos que as ideias e recomendações expressas neste documento ganhem visibilidade e repercutam no espectro político-econômico. São contribuições fundamentadas na representatividade de quase oito décadas do Sistema Comércio, que é liderado pela CNC e composto por Federações, Sindicatos e nossos braços sociais para educação, cultura, lazer, assistência, saúde e sustentabilidade – o Sesc e o Senac.

No âmbito local, a construção dessas propostas é liderada pela Federação do Comércio, à qual cabe articular as demandas do empresariado e fortalecer o ambiente de negócios, buscando condições justas de trabalho e que favoreçam o desenvolvimento sustentável.

O Comércio de Bens, Serviços e Turismo se destaca por sua abrangência e seu dinamismo. Abrange, ao mesmo tempo, atividades tradicionais e de alta tecnologia. E tem se diversificado cada vez mais, atendendo às demandas complexas e em constante transformação da sociedade moderna.

Ainda enfrentamos uma série de desafios. Precisamos melhorar a infraestrutura, investir na qualidade dos serviços, aperfeiçoar os mecanismos regulatórios. E esta Agenda é um instrumento essencial para alcançar esses objetivos.

Em seu conjunto de propostas estão demandas comuns a todos os entes federativos e temas que contemplam as particularidades regionais.

Estamos dispostos ao diálogo, empenhados em estimular o desenvolvimento, a atividade empreendedora e a redução das desigualdades.

Queremos somar esforços pelo país que todos sonhamos.

José Roberto Tadros

Presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Hélio Dagnoni

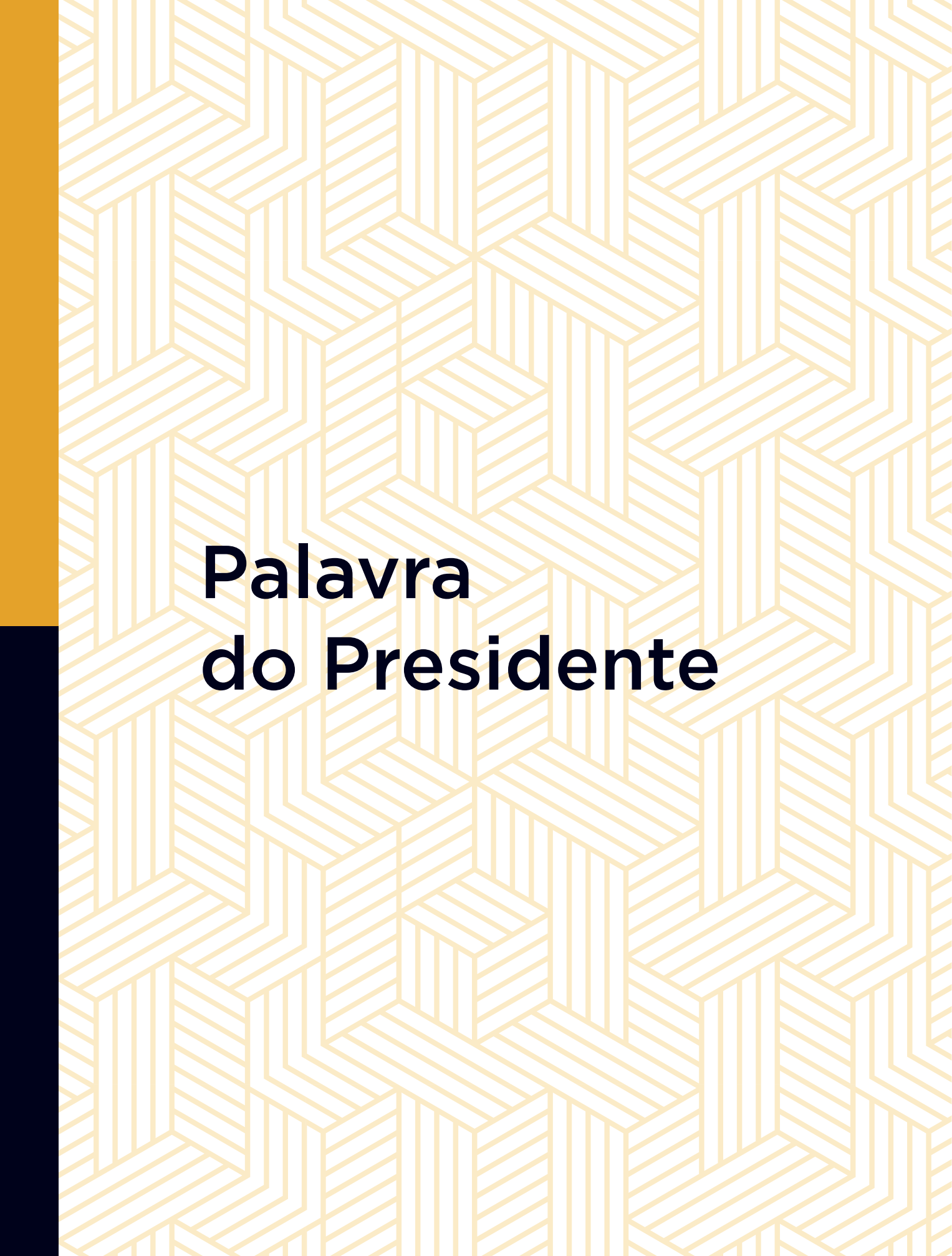
Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac de Santa Catarina



José
Roberto
Tadros



Hélio
Dagnoni



Palavra do Presidente

Palavra do Presidente

O período em que nos encontramos é seguramente o mais importante da história recente do Brasil, em especial no Estado de Santa Catarina.

A Agenda Institucional do Sistema Comércio é um instrumento fundamental da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e de suas Federações para que, aqui em Santa Catarina, juntamente com os sindicatos patronais, possamos contribuir com o processo político catarinense e nacional na superação de desafios. Para isso, formulamos o Índice de Dificuldade Empresarial (Idemp/SC), que captura a opinião dos líderes empresariais do setor terciário sobre os indicadores que impactam no desenvolvimento do ambiente de negócios e na produtividade das empresas no estado.

O Idemp/SC apontou que a maior preocupação dos empresários é o ambiente econômico, sobretudo pela inflação e pelas incertezas quanto ao poder de compra dos consumidores. O macrotema captação de recursos foi apontado pelos líderes como segundo maior entrave, seguido pelos sistemas legal e tributário. Os demais macrotemas – administração pública, recursos humanos, condições de inovação, comércio exterior, legislação trabalhista e infraestrutura catarinense – também foram classificados como de extrema ou alta dificuldade.

Os mais de 500 líderes empresariais ouvidos para a Carta do Comércio, e que neste momento subscrevem esta Agenda Institucional do Sistema Comércio em SC, apontaram também as políticas públicas que deverão ser priorizadas pelos novos eleitos, destacando-se educação, saúde e infraestrutura.

Utilizemos este momento especial para uma profunda reflexão política dos nossos rumos enquanto estado, governo, classe produtiva e sociedade, e que possamos estabelecer parcerias republicanas e estratégicas que impulsionem as forças produtivas e a capacidade empreendedora da nossa gente. Não há estado forte sem empresas competitivas.

Da leitura para a ação!

Hélio Dagnoni

Presidente do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac de Santa Catarina



Introdução

Caminho para o desenvolvimento

O presente documento apresenta, nas próximas páginas, a Agenda Institucional do Sistema Comércio em Santa Catarina, um plano de atuação que traz um conjunto de propostas consolidado pela Federação do Comércio para nortear a formulação de políticas públicas que fortaleçam o empresariado local e respondam aos anseios da população.

Os levantamentos econômicos mais recentes mostram que o estado possui 497.095 estabelecimentos, dos quais 148.364 são voltados para o Comércio, 217.683 para o segmento de Serviços e 26.182 para o Turismo. Os demais ficam por conta do Agronegócio, com 10.191, e da Indústria, com 94.675 unidades.

A participação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo no Valor Adicionado Bruto (VAB) do estado foi de 66,3%, assim distribuídos: Serviços, 45,8%; Comércio, 16,9%; e Turismo, 3,6%. A Agropecuária e a Indústria somaram 33,7% no VAB.

A análise desses dados e os movimentos concretos das políticas públicas para o desenvolvimento regional resultarão em colheitas generosas no futuro próximo. Nesta publicação mostramos as principais dificuldades enfrentadas por cada setor para empreender no estado e, mais importante, as suas soluções, que visam impulsionar o crescimento e promover melhorias em educação, infraestrutura e serviços públicos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável.

As Agendas Estaduais são instrumentos estratégicos que marcam a mobilização nacional do Sistema Comércio em favor do país. Por meio do engajamento das Federações e dos Sindicatos, com o apoio institucional do Sesc e do Senac, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou várias plenárias virtuais e encontros regionais para levantar temas de interesse e as principais necessidades dos setores sob o olhar do empresário do setor terciário.

Graças a essa ação conjunta, foi possível reunir lideranças sindicais e empresariais para compreender as demandas e realidades de cada estado, aprofundando o diálogo e contribuindo para a construção de propostas robustas.

As análises dos planos de governo e das políticas públicas locais foram etapas fundamentais na elaboração deste documento, demonstrando nosso compromisso com a busca de soluções eficazes junto aos integrantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2023, fruto dessa construção coletiva e colaborativa do Sistema Comércio, a Agenda Institucional do Sistema Comércio foi entregue ao vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, em um evento no Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB), em Brasília (DF), que reuniu mais de 800 convidados, incluindo 115 parlamentares federais, além de empresários, lideranças sindicais e presidentes de todas as Federações do país, entre elas as Fecomércios, Fenacon, Fenavist, Fecombustíveis, Fenacor, Feaduaneiros, Febrac e FBHA.

Neste ano, queremos avançar ainda mais como protagonistas do desenvolvimento social e econômico, reafirmando nosso compromisso de contribuir para a formulação de políticas públicas que favoreçam o bem-estar, o crescimento, a geração de emprego e renda.

O Sistema Comércio, ciente das suas responsabilidades e fiel à sua bem-sucedida trajetória de quase oito décadas, segue trabalhando incansavelmente e de forma integrada pelo Brasil e pelos brasileiros.

Saiba mais
sobre a
atuação do
**Sistema
Comércio
no estado**





Dificuldades dos empresários do comércio catarinense

Dificuldades dos empresários do comércio catarinense

O Índice de Dificuldades Empresariais (Idemp/SC) resulta de uma pesquisa realizada pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio-SC) que visa capturar a opinião dos líderes empresariais do setor terciário sobre indicadores relativos à produtividade das empresas e que interferem no desenvolvimento do ambiente de negócios no estado.

A pesquisa foi realizada para balizar a atuação política e institucional da entidade junto ao poder público, contando com a participação de 508 líderes empresariais, e posteriormente validada pela Diretoria e pelo Conselho da entidade, bem como por demais lideranças envolvidas na pesquisa. Foi adotado na pesquisa o procedimento de amostragem não probabilística, do tipo amostra intencional.

Desse modo, para sabermos onde se localizam os principais focos de dificuldade dos empresários do comércio, serviços e turismo de Santa Catarina, a Fecomércio-SC elencou 33 subindicadores para formar nove grupos de macrotemas que expressam os obstáculos para ampliar a competitividade das empresas no estado.

O índice varia em uma escala numérica com amplitude de 0 até 10, decrescendo a dificuldade e os obstáculos que impedem o bom desenvolvimento dos negócios. Além disso, a pontuação foi ranqueada em quatro níveis, sendo eles:

- Pouca dificuldade - Entre 0 e 2,5 pontos;
- Moderada dificuldade - Entre 2,5 e 5,0 pontos;
- Alta dificuldade - Entre 5,0 e 7,5 ponto;
- Extrema dificuldade - Entre 7,5 e 10 pontos;



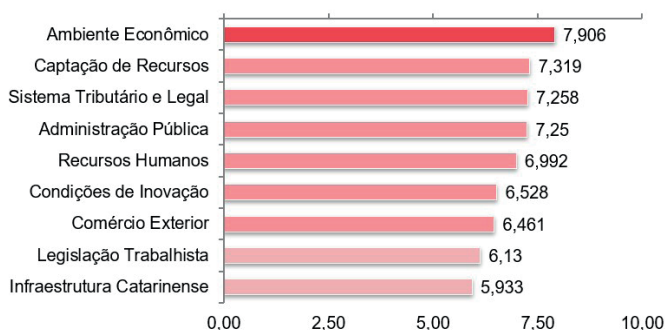
Síntese

Síntese

Nesta pesquisa, o valor médio do Índice de Dificuldades Empresariais (Idemp/SC) catarinense alcançou 6,864 pontos, um patamar de pontuação considerado de alta dificuldade para o bom ambiente de negócios nos setores de comércio, serviços e turismo.

Figura 1. Pontuação dos macrotemas que compõem o Idemp/SC

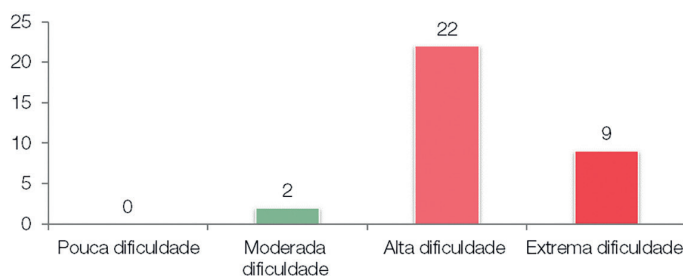
ÍNDICE DE DIFICULDADES EMPRESARIAIS: 6,864



Dentre os macrotemas investigados, percebe-se (Figura 1) que todos foram considerados de alta dificuldade para o desenvolvimento das empresas catarinenses, com pontuação acima de 5 – exceto o Ambiente Econômico, que denota extrema dificuldade. Este foi o macrotema em pior condição de favorecer o crescimento empresarial, atingindo 7,906 pontos, seguido por Captação de Recursos, com 7,319 pontos; Sistema Tributário e Legal, com 7,258; e Administração Pública, com 7,250.

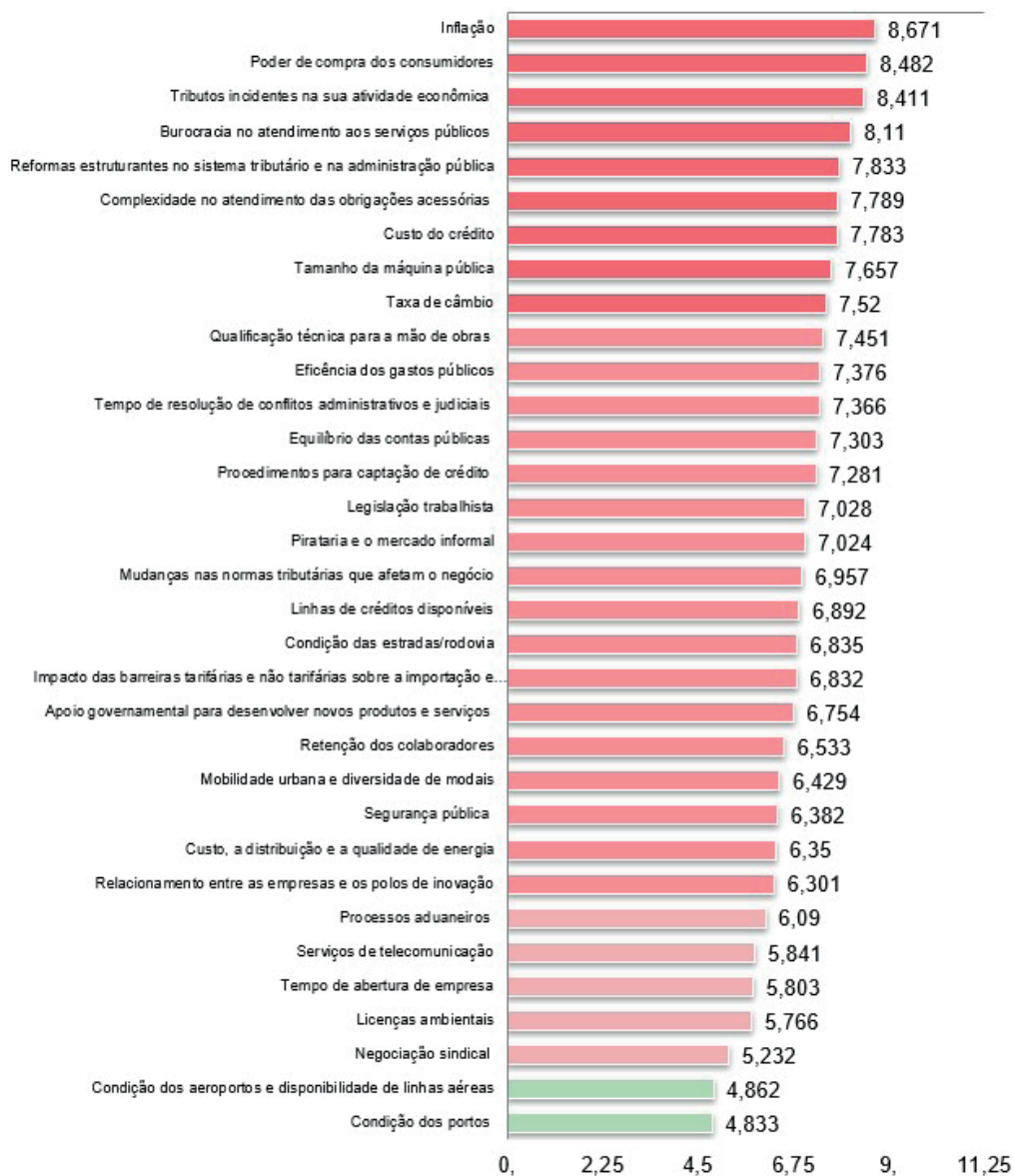
Observa-se ainda que 67% dos subindicadores que compõem os macrotemas estão com pontuações dentro da escala de alta dificuldade, e 27%, na extrema dificuldade (Figura 2).

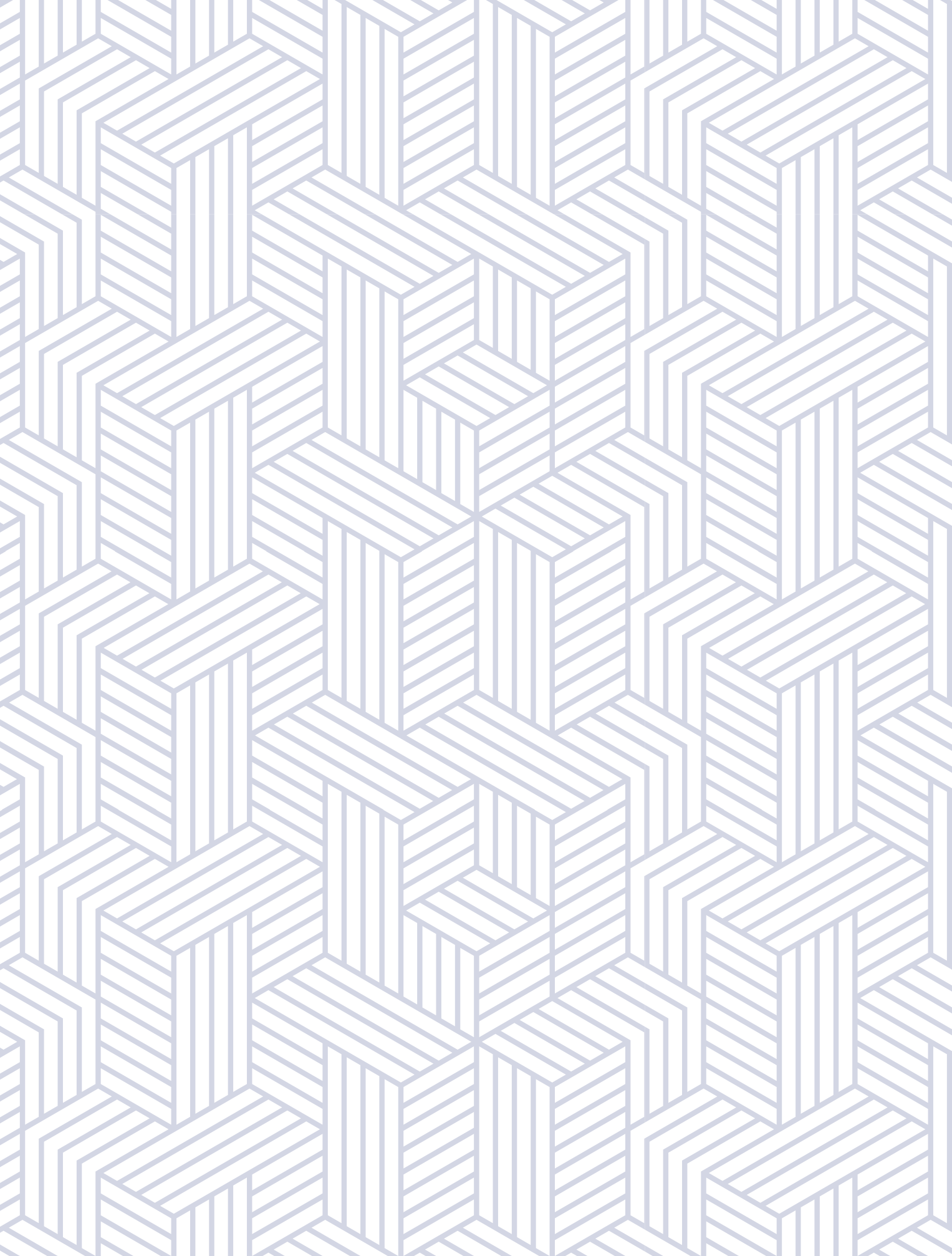
Figura 2. Distribuição do Idemp/SC na escala de gravidade dos obstáculos para o bom desenvolvimento de negócios



Analisando toda a relação de subindicadores utilizados para as pesquisas, percebe-se que nenhum deles indica pouca dificuldade (Figura 3), ou seja, pontuação abaixo de 2,5. Cabe destacar que as avaliações de condição dos portos e aeroportos e disponibilidade de linhas aéreas foram as únicas com pontuação dentro da escala de gravidade moderada, com índices de 4,833 e 4,862, respectivamente (Figura 3).

Figura 3. Relação de todos os subindicadores utilizados na pesquisa e que se distribuem para compor cada macrotema proposto







Macrotemas do índice de desenvolvimento empresarial - Santa Catarina

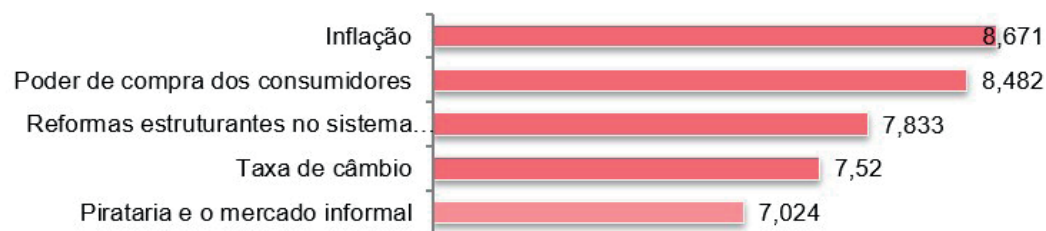
Ambiente econômico

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Ambiente Econômico atingiu uma pontuação média de 7,906, o maior índice dentre os demais (Figura 4).

Figura 4. Avaliação dos empresários catarinenses sobre o Ambiente Econômico

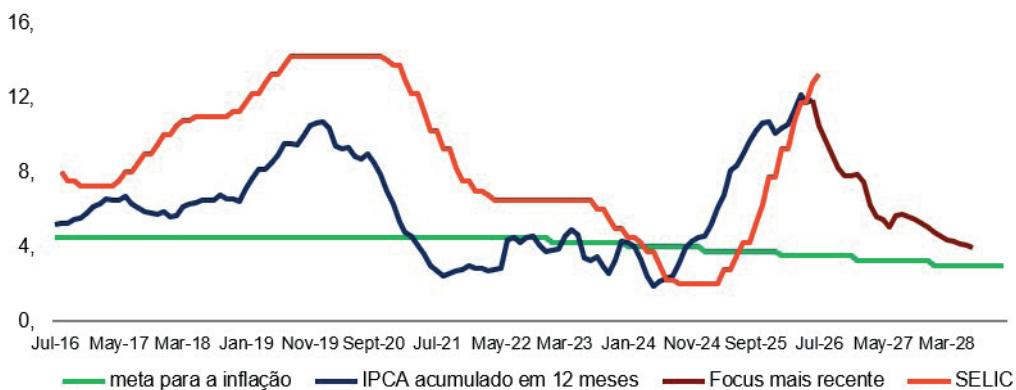
ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 7,906



Com 80% dos subindicadores no patamar de extrema dificuldade para encontrar condições de bom desenvolvimento dos negócios (Figura 4), cabe destacar a notória percepção negativa do empresário sobre Inflação e Poder de Compra dos Consumidores, seguido de Reformas Estruturante no Sistema Tributário e na Administração Pública. Ressalte-se que a pesquisa foi elaborada antes da aprovação das mudanças constitucionais no sistema tributário, promovidas no fim de 2023. Ao longo de 2024, a regulamentação via leis complementares será fundamental para o Sistema Comércio e toda a sua base de representação.

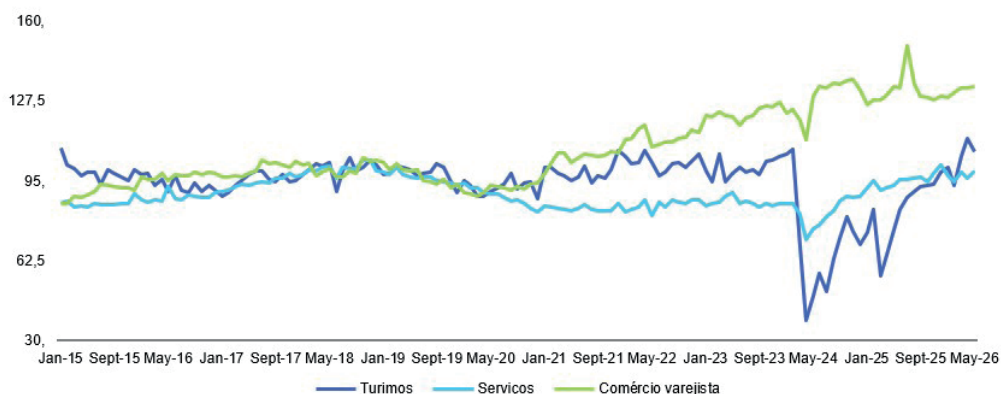
As figuras 5, 6 e 7 trazem melhor detalhamento sobre alguns parâmetros que podem estar fortemente relacionados à percepção do empresário sobre o cenário do ambiente econômico.

Figura 5. Comportamento dos principais indicadores que afetam o cenário econômico estadual



Associado ao endividamento e à inadimplência das famílias, conforme os dados mensais levantados na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência das Famílias Catarinense (Peic), esse contexto tem impacto sobre o volume de vendas e serviços.

Figura 6. Número-índice com ajuste sazonal do volume de vendas do comércio varejista e atividades de serviços e turismos – Nível de atividade econômica



Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e Pesquisa Mensal dos Serviços (PMS)

O câmbio também teve uma avaliação negativa dos empresários. A instabilidade da taxa prejudica o planejamento de custos e estoque das empresas, bem como eleva a inflação interna devido aos produtos importados.

Figura 7. Comportamento da taxa de câmbio - cotação de venda (R\$/US\$, valores diários)



Fonte: Banco Central do Brasil

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS DO 'AMBIENTE ECONÔMICO'

- *Articular e promover a integração das cadeias de valor catarinenses;*
- *Atração de grandes eventos em todas as regiões de Santa Catarina, a fim de gerar dinamismo econômico local e dessazonalizar e deslocalizar o turismo no estado;*
- *Investimentos em projetos de fomento ao desenvolvimento sustentável local nos segmentos do turismo, comércio e serviços;*
- *Redução da Taxa Selic para patamares condizentes aos praticados no mercado internacional;*
- *Ação policial integrada com a sociedade e entidades empresariais para coibir a pirataria;*
- *Maior fiscalização em nossas fronteiras;*
- *Maiores investimentos em mídias digitais, com produção de conteúdo de qualidade para divulgação de Santa Catarina como destino turístico no Brasil e no exterior;*
- *Instituição de política estadual de combate à pirataria, com novas ações de fiscalização.*

Captação de recursos

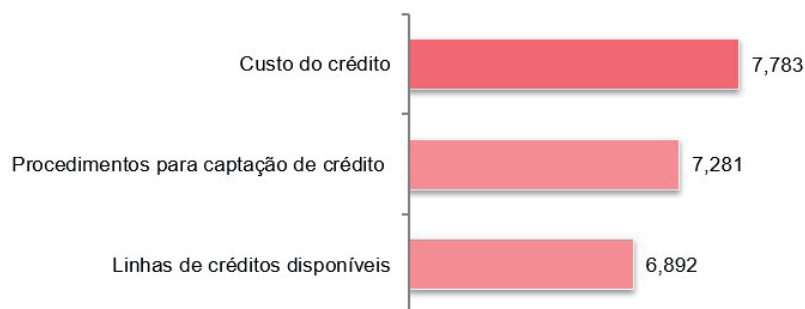
Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Captação de Recursos atingiu uma pontuação de 7,319, o segundo maior índice entre os demais macrotemas abordados (Figura 8). Considerando os subitens que compõem a captação de recursos, o custo do crédito foi apontado pelos empresários como o principal obstáculo.

Figura 8. Avaliação dos empresários catarinenses sobre Captação de Recursos.

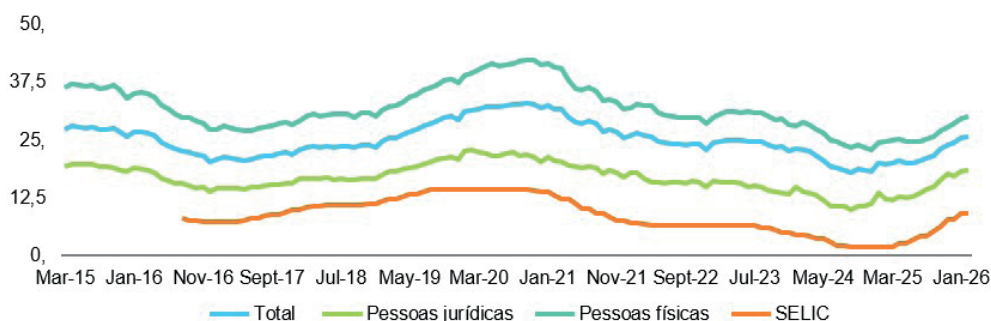
ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 7,319

Linhas de créditos disponíveis Procedimentos para captação de crédito Custo do crédito



Apesar de o custo do crédito apresentar um índice de extrema dificuldade, verifica-se que a percepção do empresário sobre os procedimentos para captação do crédito e a disponibilidade de linhas de crédito são obstáculos um pouco menores, mas ainda bem insatisfatórios e considerados como de alta dificuldade. Esse cenário mostra a necessidade do combate às altas taxas de juros de mercado, aliado à criação de novas linhas de crédito, sem perder a necessidade de enxugar os procedimentos de acesso ao crédito.

Figura 9. Taxa média de juros das operações de crédito (% a.a.)



Fonte: Banco Central do Brasil

A taxa média para o capital de giro (total), instrumento essencial para compensar os movimentos sazonais de vendas das empresas, também apresentou crescimento relativo nos últimos anos.

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS NO 'CAPTAÇÃO DE RECURSOS'

- *Diversificar as linhas de crédito com custos reduzidos, principalmente através do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e da Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (Badesc);*
- *Linhas de créditos com fundo de aval com recursos do governo do estado e prazo de carência de, no mínimo, 12 meses;*
- *Ampliar a política de incentivos de investimentos no estado, por meio da criação do Programa Pró-Comércio SC, nos moldes do Prodec;*
- *Criar um programa de transferência de crédito acumulado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) das empresas, vinculando-o à aplicação de investimentos;*

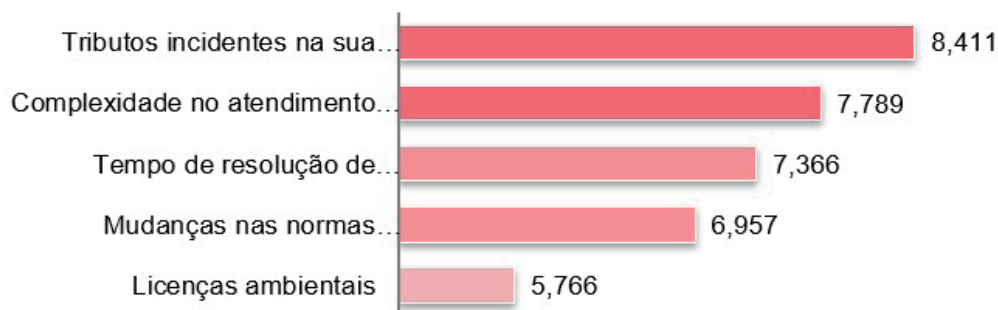
Sistema tributário e legal

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Sistema Tributário e Legal atingiu uma pontuação média de 7,258, o terceiro maior índice entre os demais macrotemas abordados (Figura 1). Dentre os subitens que compõem o sistema tributário e legal, os tributos incidentes nas atividades do comércio de bens, serviços e turismo e a complexidade no atendimento das obrigações acessórias foram os principais pilares de dificuldades levantadas pelos empresários, sendo avaliados como de extrema dificuldade.

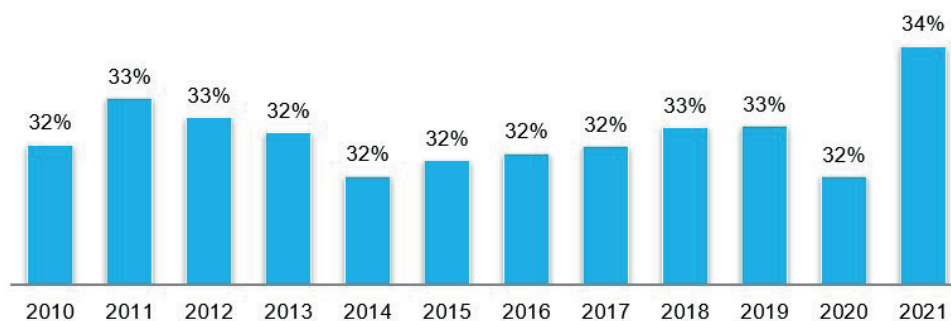
Figura 10. Avaliação dos empresários catarinenses sobre Sistema Tributário e Legal.

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 7,258



O levantamento expressa de forma clara o peso da carga tributária e os custos operacionais para o pagamento dos tributos. Em 2021, estimativa elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) apontou que a carga tributária bruta do governo geral (União, estados e municípios) foi de 33,9% do Produto Interno Bruto (PIB), nível mais alto da série histórica iniciada em 2010. Na comparação com o ano anterior, houve alta de 2,14 pontos percentuais.

Figura 11. Carga tributária bruta do governo geral do Brasil - Dados em: % PIB

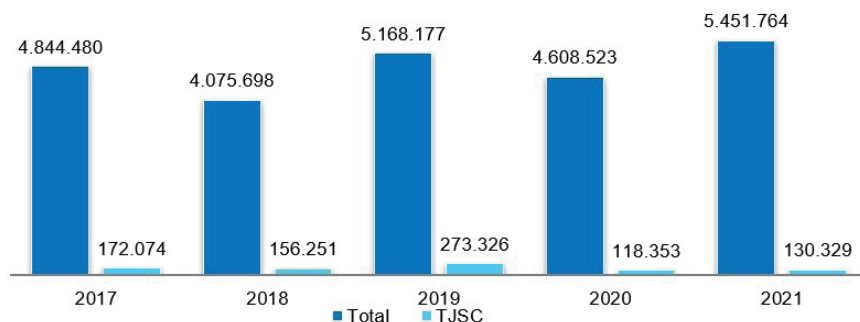


Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

Além de oneroso, o Sistema Tributário Nacional (STN) apresenta enorme complexidade, situação expressada pelos empresários no índice que mensura o quão difícil é para a empresa obter informações sobre mudanças tributárias que afetam suas atividades: 6,957 pontos. Estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento tributário (IBPT) em 2021 mostrou que desde que a Constituição Federal foi promulgada, em 1988, foram editadas mais de 6,7 milhões de normas, sendo que 6,58% são referentes às normas tributárias. Assim, em matéria tributária, foram editadas 443.236 normas, uma média de 2,21 normas tributárias por hora (dias úteis) ou 53 normas tributárias por dia útil. Desse montante tributário, 33,13% são referentes a normas estaduais (146.849); 58,67%, municipais (249.904); e 8,23%, federais (36.483).

Devido a essa enorme quantidade de normas e sua complexidade, ampliam-se também os litígios tributários administrativos e judiciais nos níveis federal, estadual e municipal, medidos até aquele ano.

Figura 12. Novos processos judiciais da matéria de Direito Tributário



Fonte: Justiça em Números, Conselho Nacional de Justiça

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS DO 'SISTEMA TRIBUTÁRIO E LEGAL'

- *Redução da carga tributária para a ordem de 30% do PIB;*
- *Redução gradativa de alíquotas dos tributos;*
- *Tornar a legislação tributária incentivadora do empreendedorismo;*
- *Maior operacionalização e efetividade do licenciamento ambiental, com o uso de tecnologias mais avançadas para a tramitação dos processos, reduzindo-se tempo e custos;*
- *Reduzir a complexidade do sistema tributário brasileiro;*
- *Facilitar a apuração de tributos e o atendimento das obrigações acessórias, utilizando a tecnologia;*
- *Reduzir o volume das obrigações acessórias a serem cumpridas pelas empresas;*
- *Promover a adequação da legislação tributária em relação aos demais estados, para viabilizar a competitividade das empresas catarinenses diante da guerra fiscal;*
- *Ampliar o teto do subteto do Simples Nacional no estado, com atualização permanente e automática da tabela do Simples com base na inflação;*
- *Regulamentações claras que proporcionem aos empresários segurança e oportunidades de investimento, com a instituição de uma fase prévia à notificação fiscal, para que o contribuinte possa se adequar às exigências do Fisco em prazo razoável sem incidir em multa (sugestão de revogação do parágrafo único do art. 138 do Código Tributário Nacional);*
- *Extinção do voto de minerva no Tribunal Administrativo Tributário de Santa Catarina;*
- *Apoio e promulgação do Código de Defesa do Contribuinte;*
- *Eliminar as taxas de turismo cobradas nos municípios catarinenses, e . fortalecer o processo de licenciamento ambiental por compromisso, permitindo maior agilidade e desburocratização;*
- *Fomento e apoio do poder público para ampliação, estruturação e fortalecimento da concessão pública de parques estaduais, visando à criação de novos atrativos turísticos, em especial o turismo ecológico;*
- *Segurança jurídica na competência para atuação dos órgãos de vigilância sanitária exclusivamente para garantir a saúde sanitária, sem interferir nas questões ligadas à saúde do trabalhador;*

- Fortalecimento, aprimoramento e capacitação das ações para expandir o sistema de logística reversa, seguindo os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e acordos setoriais, prevendo maior integração entre os diversos agentes envolvidos na cadeia do setor e no comércio, visando ao aumento dos índices de reciclagem;
- Maior ênfase na estruturação de programas de adaptação aos impactos causados pelas mudanças climáticas e eventos climáticos extremos que afetem diretamente o comércio, atuando no fortalecimento de medidas preventivas, linhas de crédito para reestruturação e estruturas de governança para a gestão climática;
- Segurança jurídica na implantação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;
- Atualização dos critérios legais para o parcelamento do solo urbano.

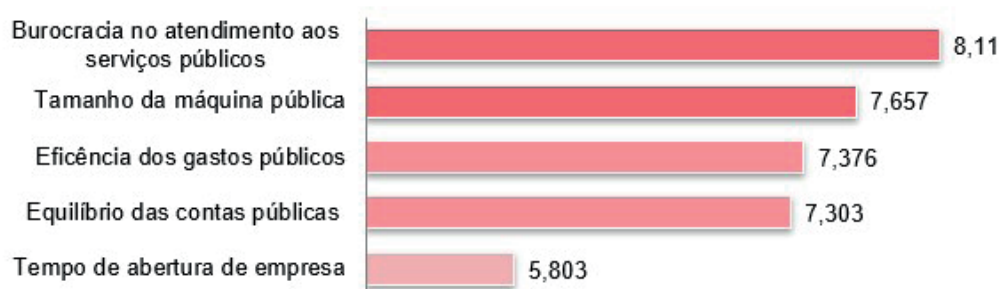
Administração pública

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Administração Pública atingiu uma pontuação média de 7,250, o quarto maior índice entre os demais macrotemas abordados (Figura 13). Dentre os subitens que compõem a administração pública, os processos demorados, complexos e burocráticos são um grande desafio para os empreendedores de Santa Catarina, por isso o subindicador da burocracia no atendimento aos serviços públicos foi considerado de extrema dificuldade, com índice médio de 8,11. O índice da burocracia foi o quarto maior obstáculo dos empresários dentre os 33 subindicadores pesquisados.

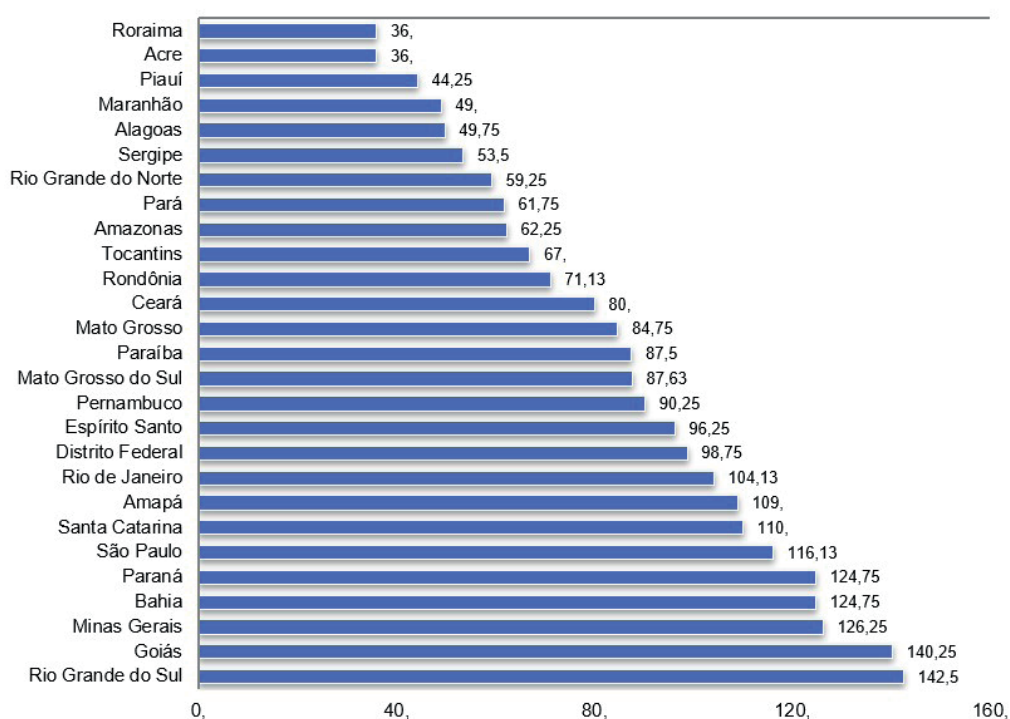
Figura 13. Avaliação dos empresários catarinenses sobre a Administração Pública.

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 7,250



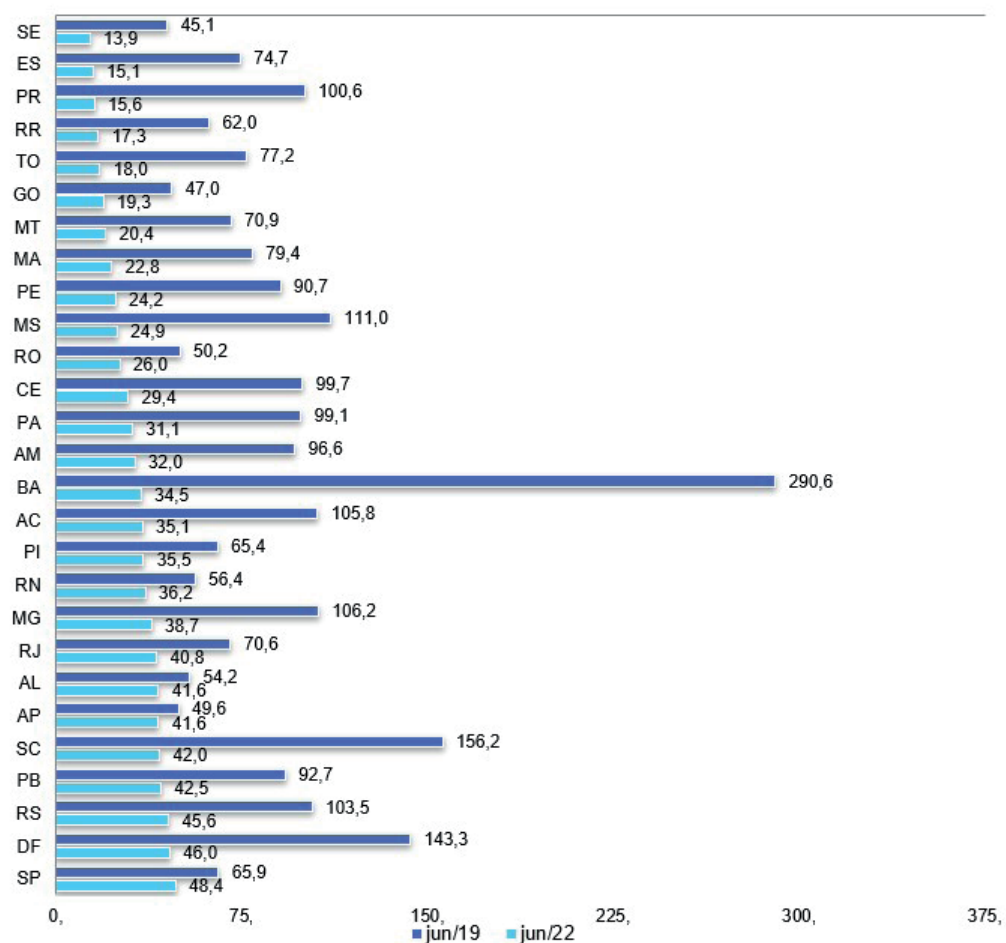
A redução de processos e etapas e o atendimento mais célere e eficiente dos serviços públicos passam pela ampliação e aperfeiçoamento dos ambientes digitais do setor público. Para mensurar esse contexto, a Associação Brasileira das Entidades Estaduais e Públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Abep) criou o Índice Abep-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital. Segundo a edição divulgado em junho de 2022, o Estado de Santa Catarina ficou na sétima posição dentre as unidades da Federação ao alcançar 110 pontos, resultado considerado muito bom na escala de classificação do índice, que varia de 0 até 150 pontos. Apesar do desempenho favorável, nota-se que é possível ampliar a oferta de serviços públicos digitais.

Figura 14. Índice ABEP-TIC de Oferta de Serviços Públicos Digitais dos Governos Estaduais e Distrital – 2022



Fonte: Justiça em Números, Conselho Nacional de Justiça

Figura 15. Tempo do processo de abertura de empresas e demais pessoas jurídicas



Fonte: Receita Federal do Brasil, disponibilizado pela Redesim

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS COM A 'ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA'

- Reduzir a participação do Estado na produção e distribuição de bens e serviços, tanto no âmbito estadual quanto federal;
- Ampliar o fornecimento de serviços públicos por meio de Parcerias Públicas e Privadas (PPPs);
- Ampliar o atendimento dos serviços públicos de forma digital para modernizar e agilizar o atendimento;
- Reduzir a desburocratização dos processos e melhorar a gestão de recursos humanos;
- Redução dos benefícios e privilégios públicos;
- Manutenção de resultado nominal não deficitário;
- Estrutura salarial do setor público equiparada ao setor privado.

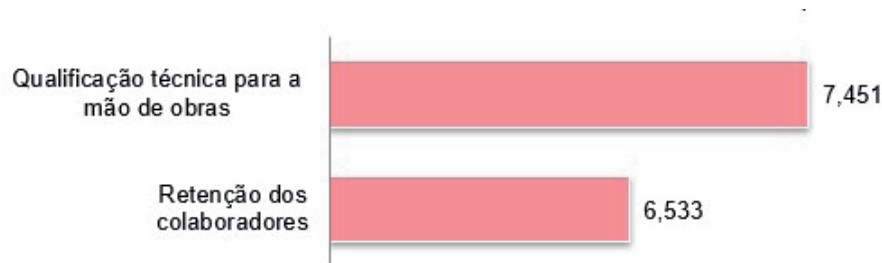
Recursos Humanos

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Recursos Humanos atingiu uma pontuação média de 6,992, o quinto maior obstáculo entre os macrotemas pesquisados. Dentre os subitens que o compõem, a qualificação técnica para mão de obra foi apontada pelos empresários como o principal obstáculo, com índice médio de 7,451, considerado de alta dificuldade. Além disso, esse subindicador é o décimo com maior nível de dificuldade da pesquisa.

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 6,992

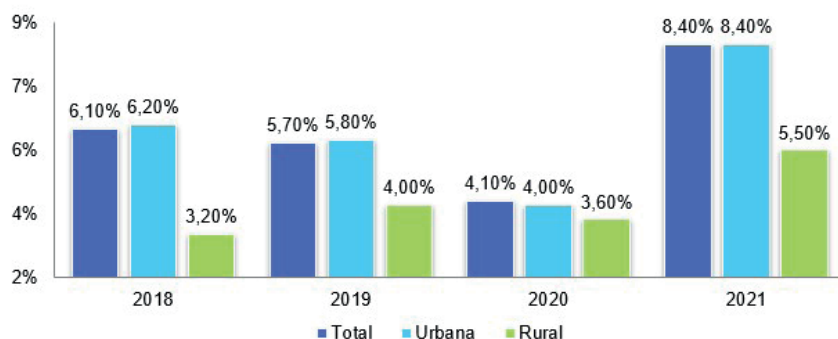
Figura 16. Avaliação dos empresários catarinenses sobre os Recursos Humanos.



A qualificação profissional é um dos principais responsáveis pelo aumento da produtividade dos trabalhadores, influenciando de forma direta a competitividade das empresas e o ambiente de negócios. Para tanto, os impactos positivos dependem da qualificação de forma permanente. Com a pandemia da covid-19, o cenário ficou mais desafiador, porque o sistema educacional, sobretudo o público, não estava preparado para a modalidade de ensino a distância. Além disso, parte da população também não apresentava condições de infraestrutura para acessar o ensino nessa modalidade, portanto, esses foram fatores que retardaram o processo de ensino e aprendizagem e que podem resultar na redução da qualificação da força de trabalho.

Esse cenário é apresentado nos dados de 2021 sobre a taxa de abandono escolar do ensino médio da rede pública, que indicam crescimento frente aos anos anteriores. Em 2021, 8,4% dos estudantes abandonaram a rede de ensino pública, duas vezes mais do que no ano anterior, quando a taxa foi de 4,10%.

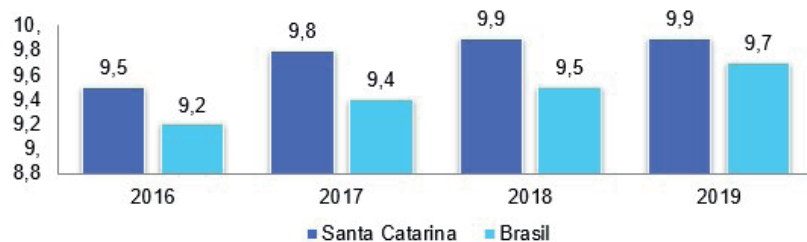
Figura 17. Taxa de abandono da rede pública de ensino médio



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Com isso, o número médio de anos de estudos pode ser reduzido, prejudicando o desenvolvimento pessoal e profissional do capital humano. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a média de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais em Santa Catarina era de 9,9 anos antes da pandemia, valor superior ao cenário nacional (9,7 anos), mas abaixo de estados como São Paulo (10,7 anos), Rio de Janeiro (10,7 anos), Roraima (10,5 anos) e Rio Grande do Sul (10 anos).

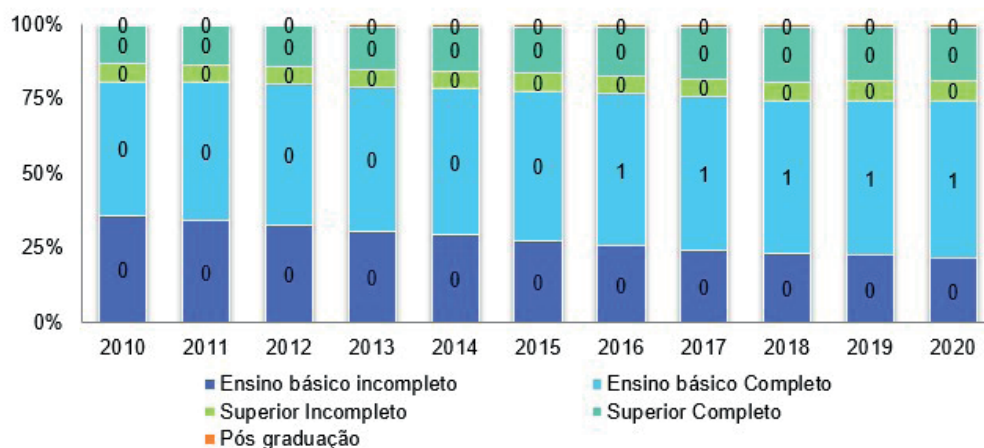
Figura 18. Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua anual

O setor de comércio, serviços e turismo no estado emprega 1,23 milhão de pessoas, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2020. Desse total, a maior parcela (52,6%) possui ensino básico completo, mas 21,7% ainda não completaram o ensino básico. A participação dos empregados com ensino básico incompleto está reduzindo desde 2010, quando atingiu 35,8% do total, situação que mostra melhor qualificação dos profissionais, tendência que precisa ser mantida com investimentos na educação, principalmente com políticas que reduzam a evasão escolar.

Figura 19. Participação do estoque de trabalhadores do setor de comércio e serviços por grau de escolaridade



Fonte: Ministério do Trabalho e Previdência, disponível na Rais

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS COM 'RECURSOS HUMANOS'

- Capacitação profissional visando melhorar a qualidade dos serviços prestados;
- Desenvolvimento de um programa setorial para que todas as empresas possam ter acesso a recursos para aprimoramento e qualificação de sua mão de obra e de seus serviços;
- Política permanente voltada à redução da evasão escolar;
- Promover a incorporação de conteúdos no projeto político pedagógico da educação básica e de jovens e adultos voltados a turismo, educação financeira e empreendedorismo;
- Ampliar as parcerias de capacitação e formação profissionalizante entre o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac SC e governo do estado;

- *Investimento e promoção do ensino de nível técnico;*
- *Implementar políticas de desenvolvimento do mercado de trabalho voltado às mudanças e à evolução das profissões, por meio de estudo estratégico em conjunto com o Sistema Fecomércio-Sesc-Senac SC e governo do estado.*

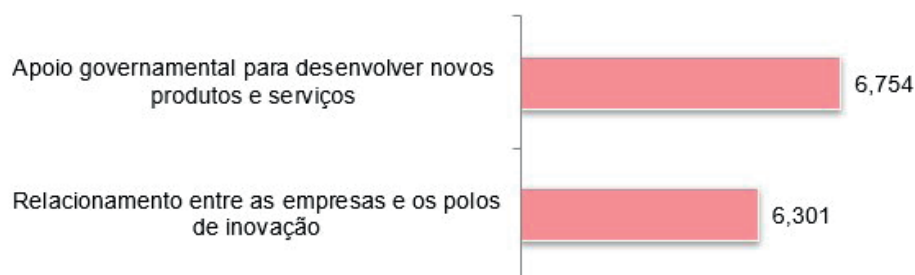
Condições de inovação

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Condições de Inovação atingiu uma pontuação média de 6,528. Dentre os subitens que compõem o tema, o apoio governamental para desenvolver novos produtos e serviços foi apontado pelos empresários como o principal obstáculo, com índice médio de 6,754, considerado de alta dificuldade.

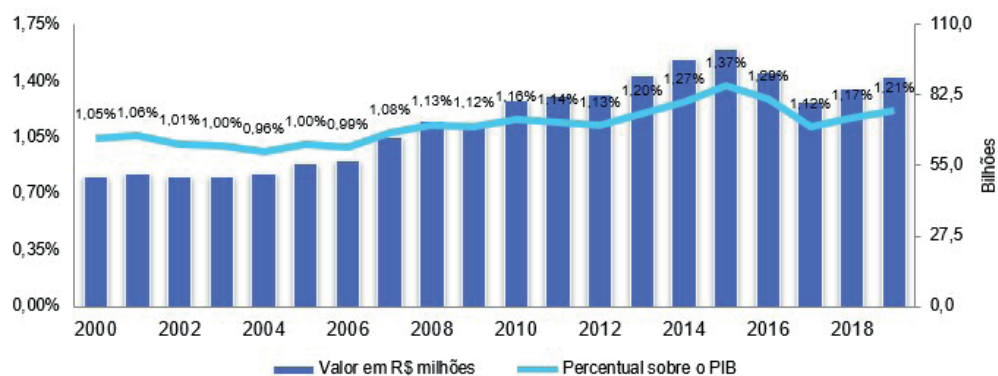
Figura 20. Avaliação dos empresários catarinenses sobre a Condições de Inovação.

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 6,528



O reduzido apoio governamental em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é notado na diferença do dispêndio de recursos entre o setor público e o setor empresarial em relação ao PIB em P&D. Em 2019, foram investidos R\$ 89,47 bilhões em P&D no País, o que representa 1,21% do PIB. Desse montante, houve 0,63% recursos privados (R\$ 46,28 bilhões) e 0,59% do setor público (R\$ 43,19 bilhões). Além disso, a média de investimentos sobre o PIB praticamente não evoluiu entre 2000 e 2019, ficando em 1,12%. Apesar de o resultado em relação ao PIB ser maior que o de países vizinhos, como a Argentina (0,46%), ele fica abaixo do de países desenvolvidos, a exemplo da Alemanha (3,19%), Estados Unidos (3,07%), França (2,20%), Japão (3,20%) e Israel (4,93%).

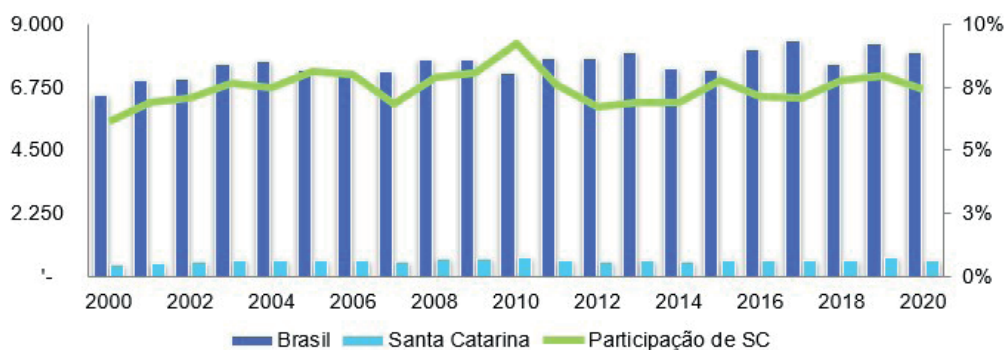
Figura 21. Comparação dos dispêndios em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (em valores de 2019) com o Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC).

O baixo investimento em pesquisa e desenvolvimento é notado na quantidade de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Entre 2019 e 2020, houve redução de 3,9% nas requisições no Brasil, caindo de 8.312 para 7.986. Esse cenário é mais intenso em Santa Catarina, onde a redução no mesmo período foi de 10,4%, com 592 novos pedidos em 2020 contra 661 no ano anterior.

Figura 22. Pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)

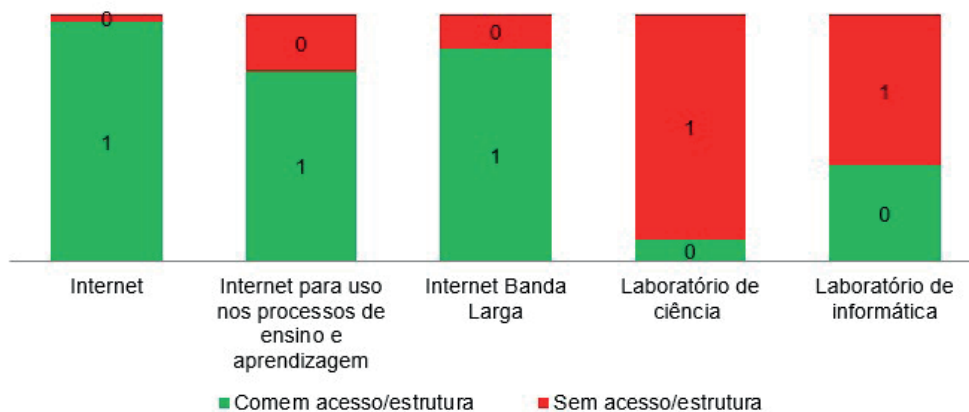


Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC)

Os pedidos de patentes em Santa Catarina representam 7,5% do total do País na média entre 2000 e 2020, sendo que o estado ficou em sexto lugar entre as unidades da Federação no último ano disponível na série. Vale notar que os pilares da inovação são oriundos do sistema educacional, que deve propiciar aos estudantes da educação básica condições para a inserção no mundo tecnológico. Ao analisar a estrutura das escolas públicas de Santa Catarina, com base no Censo Educacional de 2021, nota-se que, das 5.198 unidades, 22,5% não oferecem aos estudan-

tes internet para uso nos processos de ensino e aprendizado. Mais: 61,2% e 91,1% delas não têm laboratórios de informática e de ciências, respectivamente. Esses dados reforçam o apontado pelos empresários quanto à alta dificuldade no tema de condições de inovação.

Figura 23. Percentual de escolas da rede pública de Santa Catarina com estruturas de laboratórios e acesso a internet



Fonte: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTIC)

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS NAS 'CONDIÇÕES DE INOVAÇÃO'

- *Parcerias com grupos e entidades internacionais, visando incorporar as melhores práticas do mundo no tecido produtivo catarinense;*
- *Apoio do governo para o desenvolvimento de novos produtos catarinenses;*
- *Ampliação de incubadoras e parques tecnológicos, aumentando a interface entre universidade e mercado;*
- *Fomentar a interação da Universidade do Estado de Santa Catarina e das comunitárias e privadas com as empresas;*
- *Ampliar investimentos em projetos universitários voltados a inovação e tecnologia, e que promovam a interação entre academia e empresas;*
- *Participação do estado em fundos de investimentos de empresas catarinenses, desde que a atividade principal seja inovação e tecnologia. Cumprimento efetivo do mínimo constitucional de 2% das receitas correntes para pesquisas científica e tecnológica, conforme o art. 193 da Constituição Estadual;*
- *Criação de linhas de crédito a fundo perdido para inovação com participação na concessão da patente do estado.*

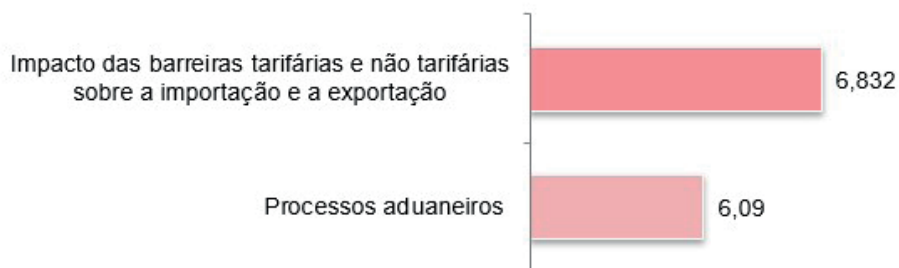
Comércio exterior

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Comércio Exterior atingiu uma pontuação média de 6,461. Dentre os subitens que compõem o tema, o impacto das barreiras tarifárias e não tarifárias sobre a importação e a exportação de produtos foi apontado pelos empresários como o principal obstáculo, com índice médio de 6,832.

Figura 24. Avaliação dos empresários catarinenses sobre o Comércio Exterior

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 6,461

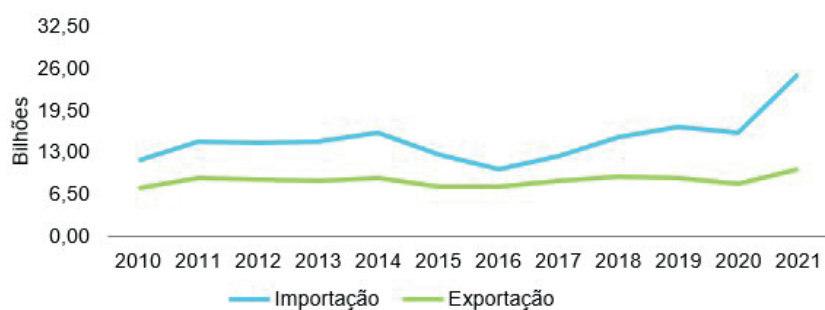


A adoção de uma política mais protecionista a nível mundial nos anos mais recentes, a exemplo da dificuldade em finalizar o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, firmado em 2019 depois de 20 anos de negociações, mas que até hoje não foi ratificado pelos parlamentos de todos os países dos dois blocos, é um dos pontos que levou o índice a uma avaliação desfavorável pelos empresários catarinenses.

Além disso, os efeitos da pandemia da covid-19, que desorganizou a logística global de distribuição de produtos, elevando o valor dos fretes, também reforçam os obstáculos enfrentados pelos empresários.

A corrente do comércio exterior, que é a soma entre importação e exportação, apresentou média de crescimento de 7% entre 2010 e 2021. No último ano, o total da corrente do comércio foi de US\$ 34,2 bilhões, acréscimo de 45,4% em relação ao ano anterior.

Figura 25. Volume Comércio Exterior de Santa Catarina - Valor FOB (US\$)



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio exterior e Serviços, disponível em COMEX STAT

O expressivo aumento em 2021 se deve em parte à elevação da taxa de câmbio, mas também ao crescimento do volume exportado, medido em quilograma líquido, com um crescimento de 16,7% no período. O Estado de Santa Catarina se destacou no cenário nacional como o segundo maior importador do País em 2022, ficando atrás apenas de São Paulo, ao importar US\$ 24,9 bilhões, valor que representa 11% da importação total. Esse resultado é fruto da maior internacionalização das empresas do atacado e do varejo catarinenses, aliada a uma política de atração de trading companies, com forte incentivo à importação via portos catarinenses. Isso fez com que o estado virasse uma importante porta de entrada de produtos de outros países.

É necessário notar que o fluxo de bens e serviços entre os países depende da desburocratização nas operações dos processos aduaneiros, também apontados pelos empresários catarinenses do comércio como de alta dificuldade. Reforçam esse resultado os dados do ranking Doing Business 2020, que coloca o Brasil na 108ª colocação para negócios envolvendo o comércio exterior, num total de 190 países pesquisados, o que mostra obstáculos e limita o potencial de venda dos produtos brasileiros e catarinenses.

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS NO 'COMÉRCIO EXTERIOR'

- Flexibilização e simplificação das regras aduaneiras;
- Ampliação dos portos catarinenses;
- Apoio e finalização urgentes do processo de concessão do Porto de Itajaí;
- Busca pela estabilidade cambial;
- Fomento de parcerias nacionais e internacionais junto às entidades empresariais;
- Incentivar a realização de exposição, feiras e organização de missões internacionais para a divulgação de Santa Catarina;
- Alinhamento do quadro funcional dos governos estadual e federal com as demandas no âmbito alfandegário;
- Concessão dos portos e aeroportos, com ampliação da capacidade de carga.

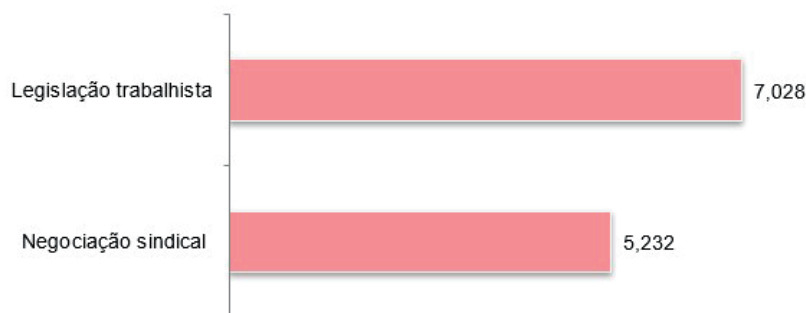
Legislação trabalhista

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, sobre Legislação Trabalhista atingiu uma pontuação média de 6,130, o segundo melhor macrotema avaliado. Entretanto, o resultado é considerado de alto obstáculo para o crescimento e desenvolvimento das empresas.

Figura 26. Avaliação dos empresários catarinenses sobre a Legislação Trabalhista

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 6,130



Dentre os subitens que compõem o tema, a legislação trabalhista foi apontada pelos empresários como o principal obstáculo, com índice médio de 7,028. No que diz respeito aos processos tramitando na Justiça do Trabalho, houve gradativa redução, principalmente em virtude das reformas na legislação trabalhista que ocorreram nos últimos anos, sendo a de maior intensidade a relacionada à Lei nº 13.467, de 2017.

Ainda existem elementos que podem ser aperfeiçoados quanto à segurança jurídica nos contratos de trabalho. Por isso, simplificar processos e reduzir a insegurança jurídica seriam avançar numa legislação trabalhista que assegure condições dignas de trabalho e, ao mesmo tempo, proporcione aumentos da qualidade de produtividade.

Nesse sentido, temas como o Simples Trabalhista têm sido há anos demandados pelos empresários e lideranças setoriais catarinenses, dado que o setor é formado em grande maioria por empresas de médio ou pequeno porte, que apresentam sempre maior dificuldade no mercado. Em respeito ao próprio estatuto das micro e pequenas empresas, esse é um tema que necessita celeridade em prol do tratamento favorecido e diferenciado a esses empresários.

Dessa forma, será possível aumentar a competitividade dos negócios e reduzir a informalidade da economia brasileira, que, durante os últimos trimestres, ganhou espaço em Santa Catarina e atingiu o maior nível da série histórica em termos absolutos.

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS NA 'LEGISLAÇÃO TRABALHISTA'

- Reduzir a burocracia para a contratação de prestadores de serviços e terceirizados;
- Extinção imediata do adicional sobre multa do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) por demissão sem justa causa;
- Manutenção da modernização e adequação da legislação trabalhista – Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e normas regulamentadoras – à nova realidade empresarial brasileira;
- Implantação do Simples Trabalhista.
- Implantação do Simples Trabalhista.

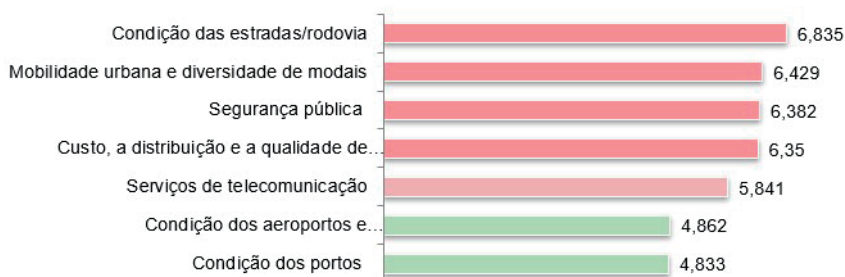
Infraestrutura catarinense

Contextualização:

A avaliação das dificuldades percebidas pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo sobre Infraestrutura Catarinense atingiu uma pontuação média de 5,933. Dentre os subitens que compõem o tema, a condição das estradas/rodovias e a mobilidade urbana/diversidade de modais foram apontadas como os principais obstáculos, com índice médio de 6,835 e 6,429, respectivamente. Ambos considerados de alta dificuldade.

Figura 27. Avaliação dos empresários catarinenses sobre a Infraestrutura Catarinense

ÍNDICE DE DIFICULDADE EMPRESARIAL: 5,933

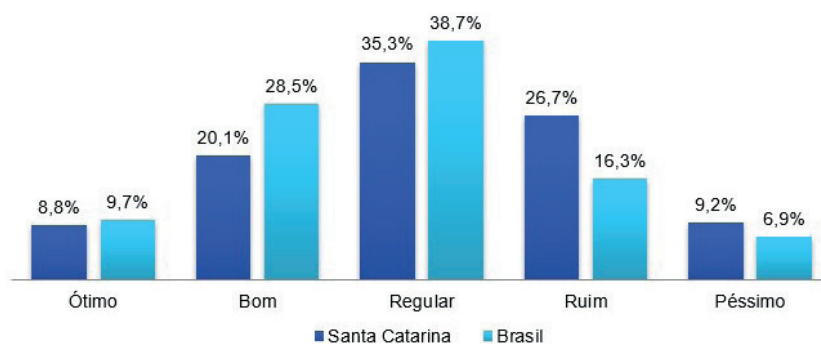


Importante notar que, entre os sete subindicadores que compõem o macrotema, 71,4% foram apontados como de alto obstáculo para o desenvolvimento dos negócios. Somente as condições dos aeroportos/disponibilidades de linhas aéreas e as condições dos portos foram consideradas de moderada dificuldade. Assim, o índice de segurança pública, os custos, a distribuição e qua-

lidade da energia e os serviços de telecomunicações revelam cenário de alta dificuldade para a competitividade e aumento da produtividade dos negócios.

A malha rodoviária total de Santa Catarina é de 108.053,3 Km, sendo que apenas 7% estão pavimentadas, conforme o Anuário do Transporte de 2021 realizado pela Confederação Nacional de Transporte (CNT). A condição das rodovias, apontada pelos empresários como o principal obstáculo da infraestrutura do estado, é confirmado pela condição geral das rodovias em ruim e péssima, atingindo 35,9% das rodovias pesquisadas, valor superior ao do cenário nacional (23,1%).

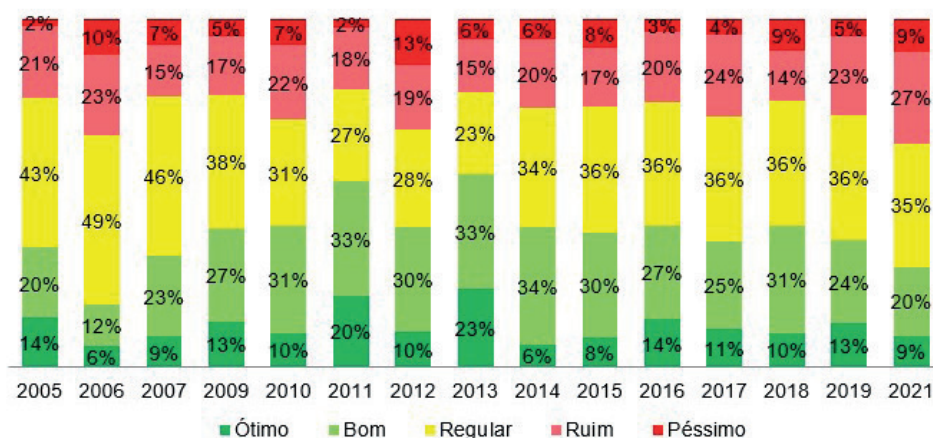
Figura 28. Classificação do estado geral das rodovias de 2021 – Comparações Brasil e Santa Catarina



Fonte: Confederação Nacional dos Transportes (ANT), disponível em Anuário do Transporte 2021

Na comparação histórica desde 2005, o resultado de 9,2% na classificação como de péssima condição das rodovias catarinenses em 2021 superou a média do período (6,4%). Resultado equivalente para a do nível de qualidade ruim das estradas, que na média foi de 19,6%, mas que atingiu 26,7% em 2021, maior índice desde 2005.

Figura 29. Evolução da classificação geral das rodovias do Estado de Santa Catarina



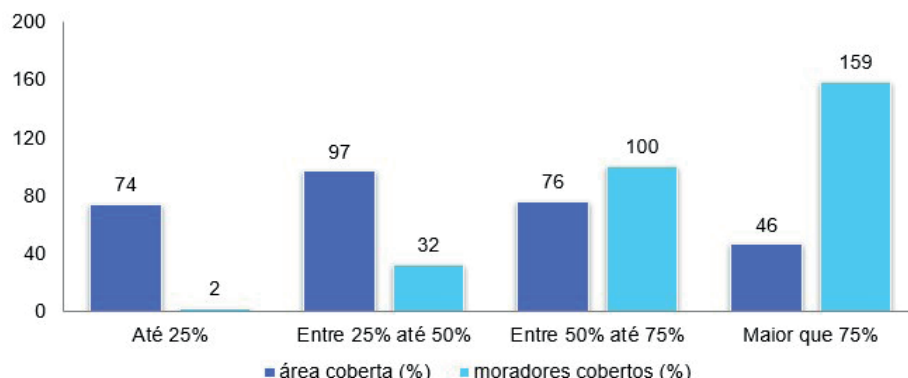
Fonte: Confederação Nacional dos Transportes (ANT), disponível em Anuário do Transporte 2021

No âmbito dos serviços de telecomunicações, considerado um alto obstáculo, apesar do avanço durante os últimos anos, há carência e lacunas no atendimento da telefonia móvel no estado. Os serviços tiveram um papel fundamental na digitalização acelerada dos negócios, possibilitando novas modalidades de pagamento e ampliação dos mercados, sobretudo na pandemia. A telefonia móvel e a banda larga fixa auxiliaram na dinâmica ao acelerar e intensificar essas mudanças, com elevação de 216% em dez anos na quantidade de acessos para o serviço de banda larga, saindo de 699 mil para 2,2 milhões de acessos em março de 2022, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Já a telefonia móvel, o Serviço Móvel Pessoal (SMP), se consolidou como o serviço mais usado pelos catarinenses, com cerca de 8,5 milhões de acessos.

A cobertura da telefonia móvel em Santa Catarina pode ser observada por meio do percentual de moradores, domicílios ou áreas cobertas. Dentre os três indicadores, é possível identificar distorção na cobertura para conexão de celulares à rede 4G entre as áreas urbana e rural no estado: 90,78% da população são cobertas pela telefonia móvel 4G, com Santa Catarina ficando em oitavo lugar entre as unidades da Federação com melhor cobertura; mas apenas 48,59% dos moradores da área rural são atendidos, contra um percentual atendido de 98,8% da área urbana.

Além da desigualdade entre a população que mora nas áreas rural e urbana dos municípios, ocorre também distorção na intensidade do sinal dentro do território, em virtude da cobertura da área territorial ser inferior à totalidade da área local. A cobertura do território é de 34,98% para o sinal 4G, e esse percentual aumenta para 9,56% ao se considerar apenas a área urbana, enquanto no meio rural é de apenas 31,01%. A baixa cobertura, sobretudo das rurais, é reflexo da falta de infraestrutura que resulta na redução do atendimento à população.

Figura 30. Quantidade de Municípios por escala de cobertura 4G



Fonte: ANATEL

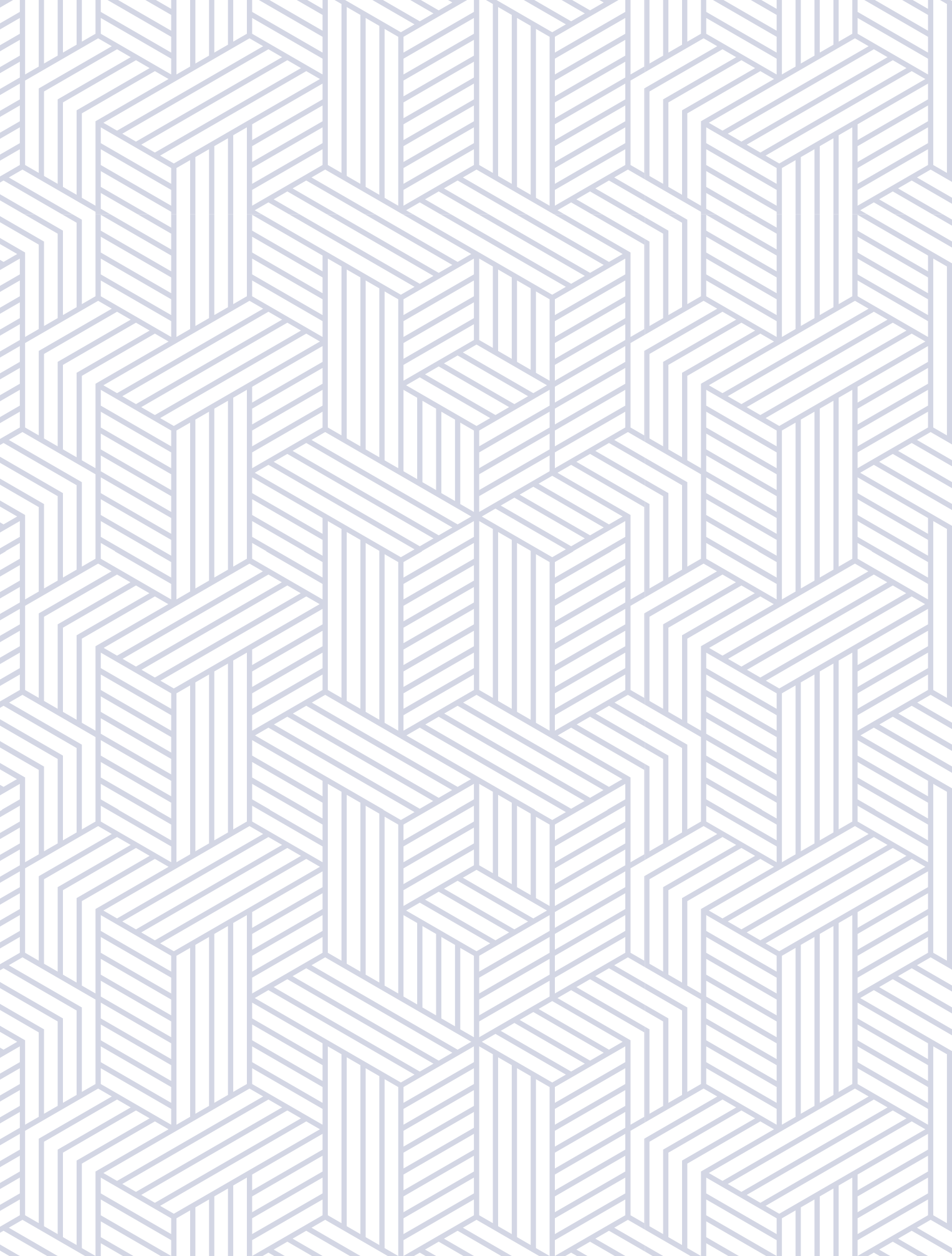
Ao desagregar os dados e fazer uma análise da cobertura por municípios do estado, são notadas carências e desigualdades entre o atendimento dos serviços de telecomunicação para a telefonia móvel. Conforme dados da Anatel, 171 municípios possuem menos de 50% da área coberta, resultado que corresponde a 58% do total de cidades do estado com nem mesmo metade de seus territórios com cobertura 4G. Do outro lado, 16% das cidades possuem mais de 75% da sua área atendida. Isso reforça o nível de disparidade na quantidade de pessoas que possuem cobertura para o uso da telefonia móvel, sendo que ainda é possível encontrar 34 municípios com menos de 50% de sua população atendida com o serviço de telefonia móvel. Inclusive, dois entes locais têm menos de 25% da cobertura populacional com rede 4G. Em virtude das carências apresentadas, o desafio fica ainda maior com a entrada da rede 5G nos próximos anos, situação que vai exigir mais investimentos para o atendimento das demandas.

Em 2022, a rede 5G deveria chegar às capitais do País até o mês setembro, e somente no fim de 2029 ela será implementada em todos os municípios, segundo cronograma de atendimento aos municípios com população inferior a 30 mil habitantes divulgado pela Anatel. Por isso, é importante celeridade em investimentos para que a implementação do 5G resulte em mais competitividade do estado.

Posicionamento:

PROPOSTAS PARA MITIGAR AS DIFICULDADES EMPRESARIAIS COM A 'INFRAESTRUTURA CATARINENSE'

- *Integração dos vários modais de transporte (ferroviário, marítimo e rodoviário);*
- *Adoção de um planejamento estratégico para a melhoria das condições das infraestruturas em Santa Catarina, levando em conta portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, com maior sinalização e manutenção permanente;*
- *Ampliar investimentos em saneamento básico e distribuição de água, para transformar o Estado de Santa Catarina em referência na área no Brasil;*
- *Duplicação integral da BR-470, BR-116, BR-153, BR-163 e BR-282 e, também, ampliação da BR-101, além de manutenção e ampliação das rodovias estaduais;*
- *Liderança e investimentos em obras estruturantes de mobilidade urbana em todas as regiões, em conjunto com os municípios envolvidos;*
- *Promover a eficiência energética dos empreendimentos em Santa Catarina;*
- *Melhorias no transporte público das cidades catarinenses, visando ao conforto ao usuário e ao preço justo das tarifas;*
- *Promover o modal ferroviário estadual que valorize o desenvolvimento dos portos catarinenses;*
- *Celeridade na concessão de licenças ambientais visando à ampliação e à melhoria da rede de telefonia móvel em todo o território.*

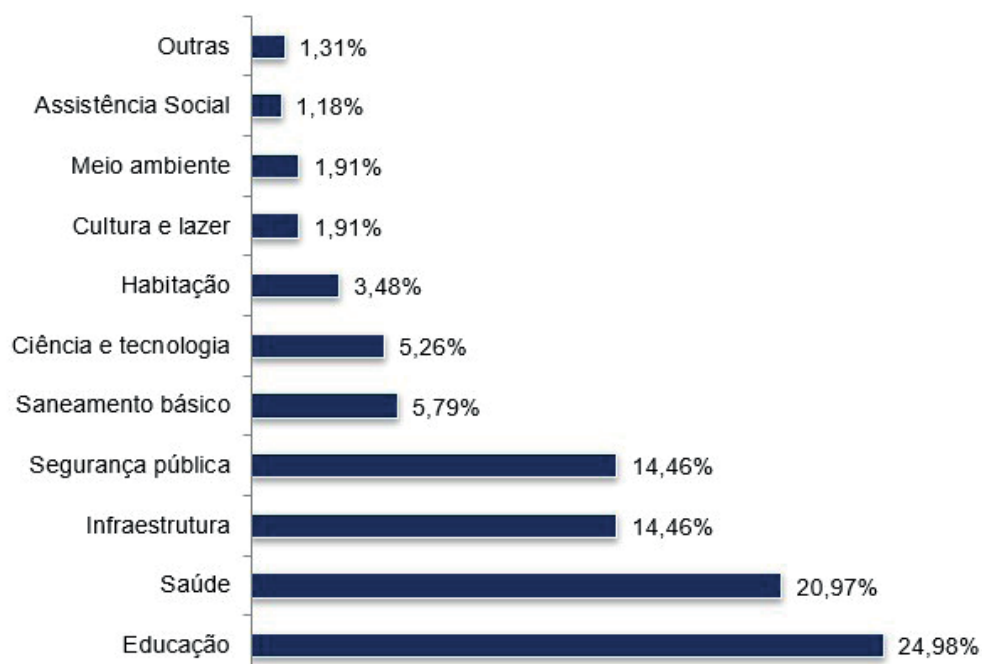




Políticas públicas prioritárias

A Fecomércio-SC também perguntou aos líderes empresariais quais devem ser as prioridades de políticas públicas para 2024. A principal prioridade, apontada por 24,98% dos entrevistados, está voltada à educação. Em segundo lugar aparece a saúde, com 20,97%, seguida de infraestrutura e segurança pública, ambas com 14,46%.

Figura 31. Avaliação dos empresários catarinenses sobre as prioridades de políticas públicas



Na educação, conforme avaliado no macrotema Recursos Humanos, há crescimento da taxa de abandono escolar no ensino médio da rede pública, condição que afeta o ambiente de negócios presente e futuro. Além disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da rede de ensino total do estado para ensino médio, que mensura a qualidade educacional, atingiu em 2019 a nota de 4,2, abaixo da meta definida de 5,4. Esses dados mostram o desafio para a gestão pública na área da educação para os próximos anos.

Na saúde, os obstáculos já eram significativos, e com a pandemia da covid-19, que afetou drasticamente a vida dos catarinenses, tornou-se ainda mais primordial manter e ampliar os investimentos públicos, tanto na atenção básica quanto na média e alta complexidade. Segundo dados do Ministério da Saúde de março de 2022, a taxa de cobertura da Atenção Primária à Saúde foi de 93,07%, acima do resultado apresentado em nível nacional (72,09%), mas que mostra a necessidade de avanços. Outro ponto de destaque está relacionado à queda na cobertura vacinal do estado, sem levar em conta a vacinação contra a covid-19, que passou de 81,49% em 2020 para 71,71% em 2021.

No âmbito da segurança pública, os números disponibilizados pelo Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial de Santa Catarina mostram redução no roubo e furtos de veículos (-2,2%); nas mortes em confronto (-19,6%); em homicídios (-8,6%); e nos latrocínios (-16,%) entre 2020 e 2021. Por outro lado, houve avanços em violência doméstica (6,5%); furtos (6,4%) e estelionato (41%).

Por fim, a preocupação com o saneamento básico também é um dos destaques da pesquisa, resultado que é oriundo da baixa cobertura de atendimento com rede de esgoto do estado. O Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento indica que 26,1% da população do estado estavam atendidas com rede de esgoto em 2020, valor superior aos dados de 2010, que apontavam 15,5%. Ainda assim, Santa Catarina está muito aquém do nível nacional (55% em 2020).

